

# **Primeiras relações comerciais entre Portugal e Japão (1543-1639): convergência de interesses, choque de culturas**

## **First trade relations between Portugal and Japan (1543-1639): convergence of interest, cultural shock**

Michele Eduarda Brasil de Sá

### **Resumo**

*O presente artigo analisa o início das relações comerciais entre Japão e Portugal no século XVI, partindo das relações entre mercadores portugueses e chineses, e a política do sakoku como desfecho político dos conflitos culturais interagindo com a convergência de interesses neste contexto histórico e econômico.*

**Palavras-chave:** relações comerciais, intercâmbio cultural, política do sakoku.

### **Abstract**

*The present paper examines the beginning of commercial relations between Japan and Portugal in the XVI century, starting from the relations between Portuguese and Chinese merchants, and the sakoku policy as a political outcome to cultural conflicts interacting with the convergence of interests in this historical and economic context.*

**Key words:** trade relations, cultural interchange, *sakoku* policy.

Durante o período conhecido vulgarmente como o das Grandes Navegações, os portugueses tiveram vários momentos (alguns benfazejos, outros não) de contato com culturas diferentes, exóticas. O presente trabalho pretende demonstrar, ainda que de maneira resumida, a dinâmica das relações comerciais entre Portugal e Japão, primeiramente através do mercado chinês, a partir do século XVI, auge das nave-

gações portuguesas, até meados do século XVII, quando o Japão fechou os portos para os comerciantes estrangeiros, inserida na via dupla do intercâmbio cultural.

Movida pelo impulso do comércio e da religião, Portugal seguiu ávida para o extremo Oriente, terra de culturas tão diferentes quanto curiosas, a parte cada vez mais lucrativa do que os portugueses chamavam, de maneira genera-

Michele Eduarda Brasil de Sá é Professora Assistente de Língua e Literatura Latina (Faculdade de Letras/UFRJ), Doutoranda em Língua e Literatura Latina (PPG Letras Clássicas – Faculdade de Letras/UFRJ), Graduanda em Relações Internacionais (Centro Universitário da Cidade/RJ).

**Endereço para correspondência:** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras – Departamento de Letras Clássicas. Av. Brigadeiro Trompowsky, s/n. 21941-590. Rio de Janeiro/RJ. E-mail: michele\_eduarda@ufrj.br

Textura	Canoas	n. 13	jan./jun. 2006	p.49-55
---------	--------	-------	----------------	---------

lizada, de “Estado da Índia” (BOXER, 2000, p.55). Porém, devido a questões relacionadas a política, religião e economia, o monopólio português do comércio marítimo no Japão não pôde ser mantido por muito tempo. Logo depois chegaram os seus concorrentes holandeses, ingleses e outros, para incrementar ainda mais o quadro que ora se formava. Oficialmente, a presença dos comerciantes portugueses no Japão data de 1543 e se estende até 1639, pouco menos de um século. As relações oficiais entre o Japão e o Ocidente, ou melhor, a segunda abertura oficial dos portos do Japão, só aconteceu em 1853, quando a delegação do almirante americano Matthew Calbraith Perry exigiu a abertura dos portos.

## O INÍCIO DE TUDO

Durante sete anos (1514-1521) os portugueses tiveram relações comerciais (permitidas e regulamentadas) normais com a China. As diferenças culturais e administrativas, porém, foram pouco a pouco abrindo um abismo entre chineses e portugueses, os quais não estavam habituados ao sistema de tributação do Império Ming e lançaram mão de atitudes de violência, sobretudo na região de Cantón. No entanto, a proibição de atividade comercial com os portugueses era uma formalidade desrespeitada por ambas as partes, criando um ambiente de reconhecido contrabando e pirataria. Entre os principais produtos trazidos pelos portugueses havia alguns artigos europeus como lã, fio de ouro e corral com algodão, ópio da Índia, marfim e ébano da África, especiarias diversas e madeira de sândalo do Timor, pelos quais os portugueses tomavam seda, objetos de porcelana e laca, ruibarbo, cobre, ouro e almíscar (WERNHAM, 1987, pp. 407-8). Foi na costa da China, mais especificamente em Macau e arredores, que os portugueses tiveram o seu primeiro contato com comerciantes japoneses, ainda pouco numerosos, até porque nem todos tinham permissão do governo Ming para aportarem.

Por volta de 1540, o imperador chinês

Ming cortou as relações comerciais entre seu império e o Japão. Desta forma, os portugueses se tornaram uma alternativa comercial bastante favorável, servindo de intermediários de produtos chineses para o Japão e de produtos japoneses para a China, ainda que clandestinamente. Sabe-se que por volta do ano 1543 os comerciantes portugueses já freqüentavam o Japão, descoberto por acaso por alguns marinheiros náufragos. Contudo, as ligações comerciais entre japoneses e portugueses só podem ser consideradas oficialmente a partir do estabelecimento permanente destes em Macau em 1557; dali por diante, a intensificação das relações culminou na abertura do porto de Nagasaki aos estrangeiros em 1570, e as viagens portuguesas tinham sempre os dois portos – Macau e Nagasaki – como locais de chegada e partida (BOXER, 1990, p.28).

Com o apoio dos *daimyos*<sup>1</sup> japoneses, estabeleceu-se este comércio regular entre Macau e Nagasaki (BOXER, 2000, p.75.), travado na circulação de basicamente dois produtos principais: a seda chinesa e a prata japonesa. Na China havia grande demanda de prata, cujo valor era duas vezes maior que na Europa ou no Japão. A seda, crua ou tingida, por sua vez, tão barata na China, alcançava valores mais que lucrativos em outros lugares.

Por volta de 1560, a proibição Ming afrouxou-se e os comerciantes chineses ampliaram suas atividades com liberdade. A unificação do Japão, nesta mesma época, com Oda Nobunaga e, depois dele, Toyotomi Hideyoshi trouxe uma certa estabilidade política que favoreceu o desenvolvimento do comércio marítimo japonês. Embora não pudessem mais monopolizar o comércio nesta rota, os portugueses ainda assim gozavam de uma fase de tremenda prosperidade comercial no “Estado da Índia” (WERNHAM, 1987, p.408).

Em termos de comparação dos mercados na rota sino-japonesa, a primeira coisa que deve ser levada em consideração é o fato de que a China do império Ming, ampla em sua natureza e com muitas ilhas ao longo de sua costa, com várias cidades de porto já bastante desenvolvidas, não pode ser considerada como um

<sup>1</sup> *Daimyo*: “senhor feudal”.



mercado homogêneo. Roderich Ptak chama a atenção para este dado:

Taking the latter aspects first, we must realize that mid-Ming China with its long coasts, its many offshore islands, its many inlets, harbours and well-developed coastal cities cannot be considered as one monolithic market. Of course, China was one large market, but regional disparity was enormous and it is better to view coastal China as a chain of loosely, nearly separated entities – each with its own hinterland and network of regional, interregional and international connections. (PTAK, 1994, p.281)

As discrepâncias que há vão além das diferenças de dialetos, de produtos e de costumes, alcançando até mesmo as relações comerciais internas e externas. Em oposição, o Japão de meados do século XVI não tem esta mesma característica – apesar de ser um arquipélago: a atividade comercial está restrita a Kyushu, uma das quatro ilhas principais. As redes de comércio de Kyushu, porém, oscilavam entre a prosperidade dos negócios e as condições políticas não muito favoráveis. Os conflitos entre *daimyos* tornavam a comunicação com a ilha às vezes algo difícil. Dentro desta situação, as redes comerciais locais japonesas eram complexas, mas não chegavam nem perto da complexidade das redes estabelecidas no mercado chinês (PTAK, 1994, p.282).

É interessante observar que, nos séculos XV e XVI, há o desenvolvimento das comunidades mercantis. A China experimenta este processo, mas o mesmo não ocorre com o Japão, por causa de fatores políticos e econômicos internos. O comércio no Japão era primeiro controlado pelos *daimyos*, depois passou a ser controlado pelo *shogun*<sup>2</sup>, até que os portos foram definitivamente – ou melhor, temporariamente – fechados aos estrangeiros. Não há, na verdade, como falar de comunidades mercantis no Japão. Os comerciantes tinham suas atividades controladas pelo *daimyo* até 1610, e depois deste ano pelo *shogun*,

<sup>2</sup> *Shogun*: “general”; era o líder efetivo do governo, ficando o Imperador como líder de mera representatividade, sem poder político real.

que exercia completo monopólio comercial (MAURO, 1993, p.278).

Muitos grupos de mercadores chineses, como os da comunidade de Wang Zhi – seguramente uma das maiores – cooperavam com os japoneses. Sem dúvida, a ida de chineses ao Japão sobrepujava a ida de japoneses à China. De acordo com Roderich Ptak, entre as décadas de 1550 e 1560 apenas um décimo dos comerciantes da rota sino-japonesa era composto de japoneses, e todo o restante era dominado por mercadores chineses (PTAK, 1994, p.291). Isto parece lógico, mas contraria o testemunho de alguns dos primeiros portugueses que chegaram ao extremo oriente nesta época, como o Padre Luís Fróis, segundo o qual eram muitos os japoneses que se lançavam ao comércio com a China.

Pondo em xeque o testemunho português, Ptak coloca em evidência o fato de que os navios mercantes japoneses eram muito menores e menos resistentes que os chineses. Apesar de sua maior (embora relativa) agilidade e capacidade de escaparem de ataques piratas, estes navios de pequeno porte mantinham a atividade comercial japonesa um tanto limitada até o fim do século XVI, quando o Japão começou a ganhar proeminência no mercado marítimo asiático, partindo inclusive para o Vietnã e outros países do sudeste asiático.

Este grande salto para o mar se deve, entre outros fatores, à presença de comerciantes portugueses no Japão. A economia nacional passou a ter no comércio uma possibilidade de se acumular riquezas de forma relativamente rápida, excluindo a necessidade de se possuir o controle de terras (HALL, 1990, p.137). Isto, em plena era de feudalismo japonês, em que os grandes donos de terras (*daimyo*) eram os que efetivamente detinham o poder, causou impacto à estrutura econômica e mesmo política do Japão. A introdução de armas de fogo também influenciou o Japão em plena *Sengoku-jidai*<sup>3</sup>. No meio da briga política, os *daimyos* que podiam oferecer resistência e manter seu prestígio eram os que dispunham de exércitos mais eficientemente equipados:

<sup>3</sup> *Sengoku-jidai*: “era de guerra civil”, ou, literalmente, “era do país em guerra”.



(...) In competing for good prices and high returns, much depend on the internal communication in Japan, on the internal flow of commodities there, on the exchange of goods between local markets, on the availability of silver in Japanese ports and on the purchasing power of local Kyushu magnates – and these actors, in turn, were closely related to momentous political circumstances, which, to repeat, were all but stable and predictable. (PTAK, 1994, p.296)

O negócio de armas era extremamente vantajoso para os portugueses, obviamente. Aliás, a atividade comercial como um todo veio trazer novos matizes ao quadro interno que ora se delineava. Contudo, a situação caótica em que se encontrava a política do Japão proporcionava um ambiente de profunda insegurança e de perigo constante, péssimo para o comércio, que em breve se manifestaria insuficiente para manter os portugueses no Japão. Os esforços na difusão do Cristianismo católico com a chegada dos jesuítas ao Japão ajudaram a fincar, de certa forma, os pés portugueses em solo nipônico. A Companhia de Jesus vai apresentar-se como um ator *sui generis* nas relações tanto comerciais quanto políticas e sociais entre portugueses e japoneses.

## PORTUGUESES NO JAPÃO: RELIGIÃO E COMÉRCIO

Assim que chegaram ao Japão os primeiros missionários jesuítas – mais especificamente na província de Kagoshima – a pressão dos monges budistas (*bonzos*) começou para que eles fossem proibidos de pregar o evangelho. Isto só aconteceu em 1550, conforme a ordem de Shimazu Takahisa<sup>4</sup>, e a partir daí foram para Kyoto, a grande capital, numa retirada estratégica para alcançar os homens que detinham o poder. A classe mais alta era um alvo propício tanto para a investida da religião quanto do comércio.

<sup>4</sup>Senhor feudal de Satsuma, cuja capital era Kagoshima, onde aportaram os primeiros jesuítas.

As famílias japonesas Ouchi, Otomo e Shimazu (de Shimazu Takahisa) tinham o papel principal no comércio japonês com a China. Os portugueses, taticamente, logo se aproximaram dos grandes líderes do comércio (PTAK, 1994, p.292). Contudo, quando estes líderes se tornaram anticristãos, os portugueses se aliaram ao comerciante Omura Sumitada, que se converteu ao cristianismo e se fez duas vezes rival dos grupos maiores (uma, pela competição no comércio; outra, pela divergência religiosa). A criação do porto de Nagasaki é atribuída a ele, e diz-se que, ao se converter, Sumitada ordenou que todos debaixo de sua autoridade também se convertessem ao cristianismo católico. Arima Harunobu e Otomo Yoshishige passaram a ser conhecidos, junto com Sumitada, como os “Três *Daimyos* Cristãos” (HALL, 1990, p.140), os quais enviaram um grupo de quatro japoneses cristãos à presença do Papa em Roma.

Em todo o período de atividade comercial portuguesa no Japão, a Companhia de Jesus cumpriu um papel singular, inclusive na recepção que se tinha na Europa a respeito deste novo povo “descoberto”. O padre jesuíta Francisco Xavier referia-se ao povo japonês como “o melhor que havia sido descoberto”. Os japoneses eram vistos como pessoas que prezavam a honra, hospitaleiros, donos de grande autodomínio, curiosos (mas sem a xenofobia característica dos chineses) e ilustrados – mesmo os mais pobres. Por outro lado, os japoneses associaram o fidalgo português à figura do samurai e encontraram na disciplina e na abnegação pregada pelos jesuítas algo semelhante ao código Bushido. (WERNHAM, 1987, p.408). Sendo muitos dos jesuítas também comerciantes, sua permanência em território japonês trazia uma certa instabilidade ao governo, uma vez que eles desagradavam aos líderes religiosos xintoístas e budistas (que já tinham suas próprias diferenças), mas ao mesmo tempo auxiliavam os *daimyos* servindo de entreposto para o comércio japonês e chinês, como já mencionamos. Além disso, como os mercadores portugueses passaram a procurar cidades japonesas em que houvesse cristãos para sediar seus negócios, os *daimyos* não só protegiam estes comerciantes, mas também se convertiam à recém-che-



gada religião. Há um episódio que bem ilustra esta receptividade da parte dos *Daimyos*, narrado por Francisco de Sousa. Trata-se da resposta do rei de Bungo aos *bonzos* que queriam expulsar os jesuítas:

Haverà dez, ou doze annos, que tenho os Padres nas minhas terras. Antesque elles viessem, era senhor de três Reynos, & agora o sou de cinco: era muito pobre de dinheyro, agora não ha Rey em Japaõ, que tenha tantos thesouros: não tinha filhos, & summamente os desejava, agora os tenho. Com elles me entrãrão em casa todas as felicidades. Dizey-me vòs agora, que proveyto me veyo de vos sustentar a vòs, & a vossa ley tantos anos? (SOUSA, 1978, p.1121)

Pode-se dizer, enfim, que a presença portuguesa no Japão é regida, como nas outras colônias, pela dicotomia da religião e do comércio, através da qual o Império português, no seu processo de auto-afirmação, avançou no impulso das grandes navegações e da difusão do cristianismo (BOXER, 2000, p.13). O líder jesuíta Alexandre Valignano, em sua visita ao Japão em 1582, estimou o total de duzentas igrejas e contou cerca de cento e cinquenta mil convertidos, obra realizada através do trabalho de apenas setenta e cinco padres jesuítas.

Tinham tal força os jesuítas que conseguiram do Papa Gregório XIII uma bula que lhes garantia direito exclusivo nas terras do Japão. Segundo esta bula, que certamente causou grande tumulto entre outras ordens, apenas os padres da Companhia de Jesus poderiam ir ao Japão para pregar, administrar sacramentos ou ensinar a doutrina. A pena para quem desobedecesse à regra era simplesmente a “excomunhão maior”<sup>5</sup>. Desta maneira, os jesuítas desprendiam esforços também para perseguir missionários e padres de outras ordens, que chegavam ao Japão sem reconhecer a proibição. Foram os frades espanhóis que primeiro desafiaram o padroado exclusivo de Portugal no Japão. Eles tinham como argumento mais forte o fato de que Portugal – atra-

vés da Companhia de Jesus – não dispunha de número suficiente de missionários para atender à seara, ou melhor, para alcançar as muitas almas não só do Japão, mas da região das Índias como um todo. O argumento de cunho religioso, posto diante do Papa, sobrepuz qualquer outro e acaba por mover padres de outras ordens e procedências ao Japão, apesar da bula proibitória.

Em relação a conflitos religiosos com os japoneses, sabe-se que a flexibilidade e a tendência sincretista do budismo, a partir de uma certa época, entraram em choque com a rigidez dogmática da religião jesuítica, como era de se deduzir. A resistência à religião trazida pelos portugueses foi crescendo, através de pessoas como o pensador Suzuki Shosan, escritor das obras *Deusu Mondo* (“Perguntas e respostas sobre o Deus cristão”) e *Ha Kirishitan* (“Refutação da Cristandade”), um dos maiores opositores dos jesuítas quando da chegada da Companhia de Jesus ao Japão (JANEIRA, 1988, p.155). O valor que a sociedade japonesa atribui às tradições e aos antepassados, juntamente com o caráter animista das religiões japonesas, mais cedo ou mais tarde impediriam o avanço do cristianismo e iniciariam uma série de martírios em vários locais do Japão, que serviram para alimentar a chama do afã na pregação do evangelho.

A estes dados devemos acrescentar que, no clima de concorrência entre as grandes potências marítimas da época, os primeiros holandeses chegaram na ilha de Kyushu em 1600. A nau *Liefde* chegou com apenas um quarto da tripulação, tendo saído em 1598 da Holanda com mais outros quatro navios, que não conseguiram atingir seu destino. Fazia parte da tripulação sobrevivente o inglês William Adams, que registrou este primeiro contato entre japoneses e holandeses e preparou o caminho para a vinda de outras embarcações da Companhia das Índias Orientais (VOC), estabelecendo-se em Hirado. É escusado dizer que a chegada dos holandeses ao Japão trouxe grande inquietação aos portugueses – tanto pelas relações de comércio quanto pela vinda da fé protestante para tal extremo da Ásia.

Mas algo de novo corria em terras japonesas: os ventos da unificação. A partir de 1612, o crescente nacionalismo não podia ter

<sup>5</sup>Quanto à dinâmica das missões jesuíticas, vista de uma perspectiva interna, leia-se ASSUMPÇÃO, T. Lino de (org.). *História geral dos jesuítas*. Lisboa: Moraes Editores, 1982. A respeito da bula citada, v. p.325.



outra conseqüência senão a repulsa ao estrangeiro, pelo menos no que dizia respeito a costumes e religião. Embora o comércio fosse permitido, ele era mantido sob regras muito restritas. A autoridade central, Tokugawa Ieyasu, não desejava ver os potenciais opositores em Kyushu enriquecendo através do comércio com estrangeiros.

As tensões aumentaram a tal ponto que o Japão em 1639 resolveu fechar, de maneira em princípio definitiva, sua entrada para o Ocidente<sup>6</sup>, vindo a reabrir-se oficialmente apenas em 1854, por pressão norte-americana, já na Era Meiji. Várias foram as declarações de fechamento dos portos, todas desobedecidas, e o comércio continuava clandestinamente em ilhas estratégicas, dadas as múltiplas vantagens de lucro tanto para ocidentais (falando de portugueses, holandeses e outros que lá chegaram, como ingleses e espanhóis) quanto para japoneses.

São apresentadas, no livro “O fim da presença portuguesa no Japão”, de Valdemar Coutinho (v. bibliografia), as intervenientes para a saída dos portugueses do território japonês: o receio dos líderes políticos japoneses quanto às articulações dos jesuítas (por causa de vários incidentes, as autoridades do Japão passaram a olhar com desconfiança a presença de estrangeiros, temendo que estes tivessem a intenção de conquistar a terra japonesa (COUTINHO, 1999, p.18); a presença, por volta de 1600, dos holandeses em Hirado, o que vai trazer rivalidades não só econômicas, mas também religiosas (COUTINHO, 1999, p.166); a rebelião de Shimabara (1637-38), na qual os portugueses não tiveram participação direta, mas, como se tratava de uma revolta liderada por cristãos, estes acabaram sendo associados ao confronto; e, por fim, a atuação dos apóstatas (COUTINHO, 1999, p.85). A nosso ver, estes quatro elementos sintetizam bem o que ocorreu no estágio seminal das relações entre Portugal e Japão.

Precisamos esclarecer, todavia, que o cristianismo, embora quase completamente suprimido pelas autoridades japonesas, não foi de todo erradicado do Japão. O choque de culturas e a convergência de interesses passaram a acontecer, mais uma vez, à margem dos regulamentos.

## CONCLUSÃO

Na dinâmica destas relações entre Portugal e Japão, apesar da vontade do *shogun* de erradicar tudo o que fosse referente aos jesuítas, muito de seu trabalho permanece até hoje. A primeira gramática japonesa foi escrita por um padre jesuíta, João Rodrigues Girão, mais conhecido como João Rodrigues “Tçuzzu”. As letras do alfabeto latino foram introduzidas pelos jesuítas. Novidades tais como a imprensa jesuítica, bem como aspectos da cartografia, das armas, da astronomia das artes, enfim, uma gama de elementos introduzidos e adaptados, são a prova de que as relações entre Portugal e Japão foram profícuas, apesar do caráter negativo que se atribui a este período e ao seu desfecho<sup>7</sup>. Pode-se dizer que as muitas perseguições, em vez de aniquilar a presença portuguesa no Japão, num primeiro momento acabaram por disseminar diversos aspectos da cultura e do conhecimento antes não conhecidos dos japoneses. Desta forma, percebemos como se ameniza a idéia tão recorrente – quase lugar-comum – de choque cultural.

As relações comerciais entre Portugal e Japão, desde o século XVI até meados do século XVII, são dispostas de acordo com dois pilares: o comércio e a religião. Como em toda a história, os interesses sobrepujam as diferenças, embora o conflito entre ambos seja uma constante. Oficial ou extra-oficialmente, a atividade comercial entre Japão e Portugal neste período se manteve, resistindo às pressões externas e internas.

Choques culturais, convergências de interesses: duas forças em sentido oposto, empurrando-se mutuamente, nas águas do Pacífico (de fato, não tão pacífico assim). As leis humanas não podem ir contra a natureza humana, de intercâmbio, de relacionamento, de busca pelo seu próprio bem-estar e pela satisfação de seus interesses. Estes princípios moveram os portugueses ao chamado “Estado da Índia”, e também os japoneses à costa da China, apesar de todos os riscos e perigos. Novas relações foram travadas mais à frente, uma vez que a chamada política do *sakoku* e seu natural isolamento não resistiram ao então inci-

<sup>6</sup>Política do *sakoku*, que quer dizer, literalmente, “fechar o país”.

<sup>7</sup>V. artigo “Some aspects of Portuguese Influence in Japan, 1542-1640”. In: BOXER, Charles R. *Portuguese Merchants and Missionaries in Feudal Japan (1543-1640)*. London: Variorum, 1990.



piante movimento de globalização (em termos de política, economia e comércio) e de mundialização (em referência à cultura).

## REFERÊNCIAS

- BOXER, C. R. *O Império marítimo português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Portuguese Merchants and Missionaries in Feudal Japan (1543-1640)*. London: Variorum, 1990.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. *A descoberta da civilização japonesa pelos portugueses*. Macau: Instituto Cultural de Macau e Instituto de História de Além-mar, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O Japão e o Cristianismo no século XVI – ensaios de história luso-nipônica*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.
- COUTINHO, Valdemar. *O fim da presença portuguesa no Japão*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.
- HALL, John Whitney. *Japan: from Prehistory to modern times*. Tokyo: Charles E. Tuttle, 1990.
- JANEIRA, Armando Martins. *O impacto português sobre a civilização japonesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- MAURO, Frédéric. “Merchant communities, 1350-1750.” In: TRACY, James D. *The rise of merchant empires: long-distance trade in the early modern world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- PTAK, Roderich. “Sino-Japanese maritime trade, circa 1550: merchants, ports and networks.” In: MATOS, Arthur Teodoro de & CARNEIRO, Roberto (org.). *O século cristão do Japão – Actas do Colóquio Internacional comemorativo dos 450 anos de amizade Portugal-Japão (1543-1993)*. Lisboa: Instituto de História de Além-Mar/CEPCEP, 1994.
- SOUSA, Francisco de (Pe.). *Oriente conquistado a Jesus Cristo*. Intr. e rev. M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, 1978.
- WERNHAM, Richard Bruce (org.). *Historia del mundo moderno*. Tomo III. Barcelona: Ramon Sopena & Cambridge University Press, 1987.



